

COLECCIÓN GRUPOS DE TRABAJO



Serie Teoría social crítica

**MÉTODOS Y TÉCNICAS DE  
INVESTIGACIÓN EN CONTEXTOS  
DE ALTA VULNERABILIDAD  
POLÍTICO-SOCIAL  
VALIDEZ, CONFIABILIDAD, Y  
PERTINENCIA  
(VOL. II)**

*Carlos Federico Domínguez Avila  
Amaral Arévalo  
[Orgs.]*

**MÉTODOS Y TÉCNICAS DE  
INVESTIGACIÓN EN CONTEXTOS  
DE ALTA VULNERABILIDAD  
POLÍTICO-SOCIAL**

**VALIDEZ, CONFIABILIDAD, Y PERTINENCIA**

**— VOLUMEN II —**

**Carlos Federico Domínguez Avila  
Amaral Arévalo  
(Eds.)**

Grupo de Trabajo CLACSO

El Istmo Centroamericano: Perspectivas Epistemológicas Periféricas



## CLACSO

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais

### **Colección Grupos de Trabajo**

**Pablo Vommaro** - Director

**Rodolfo Gómez** - Coordinador

### **CLACSO - Secretaría Ejecutiva**

**Karina Batthyány** - Directora Ejecutiva

**María Fernanda Pampín** - Directora de Publicaciones

**Pablo Vommaro** - Director de Investigación

### **CLACSO - Equipo Editorial**

**Lucas Sablich** - Coordinador Editorial

**Solange Victory y Marcela Alemanni** - Producción Editorial

### **Área de investigación**

**Natalia Gianatelli** - Coordinadora de Investigación

**Cecilia Gofman, Marta Paredes, Rodolfo Gómez, Sofía Torres, Teresa Arteaga y Ulises Rubinschik** -  
Equipo de Gestión Académica



LIBRERÍA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES

CONOCIMIENTO ABIERTO, CONOCIMIENTO LIBRE

Los libros de CLACSO pueden descargarse libremente en formato digital o adquirirse en versión impresa desde cualquier lugar del mundo ingresando a [www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana](http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana)

1ª edición: *Métodos y técnicas de investigación en contextos de alta vulnerabilidad político-social: Validez, confiabilidad, y pertinencia, Volumen 2* (Buenos Aires: CLACSO, mayo de 2024).

ISBN 978-987-813-677-6



CC BY-NC-ND 4.0

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

### **CLACSO**

**Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais**

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | <[clacso@clacsoinst.edu.ar](mailto:clacso@clacsoinst.edu.ar)> | <[www.clacso.org](http://www.clacso.org)>



Este material/producción ha sido financiado por la Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi. La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones e interpretaciones expresadas.

# O USO DO MÉTODO COMPARATIVO NA CIÊNCIA POLÍTICA<sup>1</sup>

Rodrigo Stumpf González

## INTRODUÇÃO

Este trabalho procura resgatar a importância do método comparativo como uma das opções de método nas ciências sociais e na ciência política, apresentando em linhas gerais seus pressupostos e desenvolvimento, com a discussão de seu uso no passado recente e seus limites e possibilidades.

Para isto é feito o caminho histórico do estudo da política comparada na ciência política, apresenta as origens metodológicas da comparação e como foi incorporada à ciência política. Em seguida é discutido o método e sua aplicação, suas limitações e evolução recente. Ao final, se apresenta um balanço das possibilidades abertas pela estratégia metodológica comparativa.

## AS ORIGENS DA COMPARAÇÃO NA CIÊNCIA POLÍTICA

Os fundamentos da comparação, como a atribuição de denominações a diferentes fenômenos políticos se encontra nas próprias origens das teorias sobre a política. Na obra de Platão, em diálogos como “A República” e “O Político” são identificadas diferentes formas de governo e

---

1 As ideias desenvolvidas neste capítulo foram objeto de um texto anterior que abordou alguns destes aspectos (González, 2008).

suas características, o que, com outros critérios também está presente na Política de Aristóteles e na República de Cícero. Embora sem uma preocupação específica com método, estes autores estão comparando, uma vez que suas classificações são oriundas não apenas da criação abstrata, mas da observação da realidade.

Seguindo esta tradição, de construir a teoria a partir da observação, muitos autores apresentaram descrições de instituições com comparações implícitas. Quando Montesquieu faz seu elogio da Constituição da Inglaterra, no “Espírito das Leis”, está, sem expressar diretamente, comparando o funcionamento do Estado no país vizinho com o absolutismo francês. Alexis de Tocqueville, embora faça a análise dos Estados Unidos da América em “A democracia na América” e da França em “O antigo regime e a revolução”, no fundo está comparando os dois países.

A formalização das regras do exercício do poder, com o surgimento das Constituições, a partir das revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX permite retomar a tradição de análise descritiva que existiu entre os gregos e romanos. Surgem desta forma os estudos de “Governo Comparado”, ou “Política Comparada”, que tem na obra *Modern Democracies*, de James Bryce, em 1921, um de seus marcos fundacionais.

Com uma influência da tradição do direito germânico, da qual surge a noção de Teoria Geral do Estado e da apresentação das características de múltiplos países, unindo elementos da história política e do direito constitucional se alimentou o campo da política comparada na primeira metade do século XX, quando começa a ser contestado por uma nova geração de autores, principalmente nos Estados Unidos da América, que aponta suas limitações. Na América Latina e em países como Espanha, França e Portugal, nos quais a Ciência Política durante décadas sofreu influência e esteve muito ligada às Faculdades de Direito, este processo foi mais tardio.

Segundo Hardgrave e Bill (1973) este modelo de política comparada possui seis características negativas — configurações descritivas, legalismo formal, paroquialismo, conservadorismo, ênfases não teóricas e insensibilidade metodológica. Estas obras normalmente fazem a caracterização das instituições políticas de vários países, colocando-as lado a lado como capítulos de um mesmo livro, sem aprofundar as consequências das diferenças e semelhanças existentes. Uma nova visão metodológica buscou romper estas barreiras

Os estudos baseados na comparação de governos em geral utilizavam alguns países como ideal tipo para descrever um modelo institucional: Estados Unidos da América como Presidencialismo, Reino Unido como Monarquia Parlamentar, França como Repúbli-

ca Parlamentarista. Incluída depois a União Soviética como modelo de socialismo (ou totalitarismo na linguagem da guerra fria). Outros casos eram discutidos a partir de suas eventuais diferenças com o paradigma. O que Hardgrave e Bill (1973) chamam de parochialismo era etnocentrismo puro, no qual os países do Ocidente eram modelo para o mundo.

Após a Segunda Guerra Mundial este modelo de análise perdeu sua já pouca capacidade explicativa. A assembleia de fundação da ONU em 1945 contou com 51 países, a maioria da Europa e Américas. Na África apenas três países eram independentes: Egito, Etiópia e África do Sul. Grande parte dos países da Ásia, ainda que contando em alguns casos com independência nominal, estavam sob controle militar dos impérios britânico e francês. Em poucos anos o número duplicou (contando em 2023 com 193 membros).

As descrições institucionais e a análise da política formal — sistemas eleitorais, partidos, divisão constitucional de poderes eram pouco úteis para entender o funcionamento dos novos estados. No lugar das análises jurídicas cresce a influência do estrutural funcionalismo e do conceito de sistema político, como por exemplo, em Almond e Coleman (1960) e Almond e Verba (1989 [1963]), Almond e Powell, (1966), influenciando também na forma como o tema é ensinado nas universidades, considerando-se um marco da mudança de ênfase o manual de Macridis e Brown (1961).

Paralelamente, cresceu a preocupação entre os cientistas políticos com a necessidade de maior formalidade metodológica nas análises e menor peso as avaliações de caráter normativo.

Aos poucos o campo de a Política Comparada deixa de ser caracterizado pelo “estudo dos outros”, com a Ciência Política se limitando a análise do caso nacional do pesquisador, sendo o comparativista simplesmente que fazia estudo de casos de outros países, para ser caracterizada pelo uso de uma abordagem metodológica específica.

A seguir é discutido como se deu a formação desta proposta metodológica.

## **A FORMAÇÃO DO MÉTODO COMPARATIVO**

O uso da comparação não é exclusivo da Ciência Política e suas bases não surgiram como um método específico, mas a partir da definição dos procedimentos para o uso da lógica indutiva e dedutiva, no desenvolvimento da sistemática do uso da pesquisa empírica na ciência. Este era o trabalho de John Stuart Mill, “Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva”, de 1843.

O autor propõe nesta obra as regras fundamentais do que deveria ser o raciocínio lógico e científico. Sua proposição se refere aos méto-

dos de pesquisa experimental, definindo duas formas básicas, que se dividem. Segundo Mill:

Os métodos mais simples e familiares de escolher entre as circunstâncias que precedem ou seguem um fenômeno, aquelas às quais esse fenômeno está realmente ligado por uma lei invariável são dois: um consiste em comparar os diferentes casos em que o fenômeno ocorre; o outro, em comparar casos em que o fenômeno não ocorre. Esses dois métodos podem ser respectivamente denominados o método de concordância e o método de diferença. (Mill, 1984, p. 196)

Segundo o método da concordância, se uma circunstância pode ser eliminada sem alterar o fenômeno, ela não tem relação causal. Se eliminada altera o fenômeno, tem relação causal. Os casos devem concordar em um ponto, mas discordar em todos os demais.

Estas considerações vão gerar seu primeiro cânone:

Se dois ou mais casos do fenômeno objeto de investigação têm apenas uma circunstância em comum, essa circunstância única em que todos os casos concordam é a causa (ou efeito) do fenômeno. (Mill, 1984, p. 198)

O método de diferença, ao contrário, busca o uso de casos idênticos, salvo em relação ao fenômeno a ser estudado. Neste caso se compara um caso em que ele ocorre e um onde não ocorre. Gera-se o segundo cânone:

Se um caso em que o fenômeno sob investigação ocorre e um caso em que não ocorre têm todas as circunstâncias em comum, menos uma, ocorrendo esta somente no primeiro, a circunstância única em que os dois casos diferem é o efeito, ou a causa, ou uma parte indispensável da causa, do fenômeno. (Mill, 1984, p. 199)

Mill concluiu que sendo ambos os métodos de eliminação, o método da diferença é adequado para a experimentação artificial e o método da concordância deve ser empregado quando a experimentação não é possível. Apresentou ainda a possibilidade de uso conjunto da concordância e da diferença e ainda o método de resíduos, que geram o terceiro e o quarto cânone.

É de importância particular para as ciências sociais o método das variações concomitantes, a ser usado quando for impossível a eliminação ou isolamento do fenômeno, por tratar-se de causa natural, permanente. Neste caso a saída é fazer variar, ou observar a variação desta causa não eliminável sobre o resultado. Temos então o quinto cânone "Um fenômeno que varia de uma certa maneira todas as vezes

que um outro fenômeno varia da mesma maneira, é ou uma causa, ou um efeito desse fenômeno, ou a ele está ligado por algum efeito de causalção” (Mill, 1984, p. 207).

Para Mill, no entanto, estes são métodos, como procedimentos lógicos de pesquisa empírica nas ciências naturais. O próprio conceito de ciências sociais era incipiente na época.

O uso específico do termo método comparativo é encontrado posteriormente em Durkheim (1987), quando este discute os fundamentos do método sociológico. No capítulo referente às regras relativas à administração da prova retomará os cânones de Mill, afirmando:

Não temos senão um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro, é comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende do outro. Quando podem ser produzidos artificialmente à vontade do observador, o método de verificação é a experimentação propriamente dita. Quando, pelo contrário, a produção dos fatos não está ao nosso alcance e não obtemos senão tais quais se produziram espontaneamente, o método a empregar é o da experimentação indireta, ou método comparativo. (Durkheim, 1987, p. 109)

O que é descrito com outras palavras são os métodos da semelhança e da diferença de Mill — “comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes” (cita). O método de experimentação indireta “quando a produção dos fatos não está ao nosso alcance”, corresponde à situação em que Mill propõe o método das variações concomitantes.

Discordando de Mill, Durkheim entende que o método comparativo é aplicável às ciências sociais, mas o único que apresenta maior utilidade é o método das variações concomitantes, pois é muito difícil encontrar fenômenos sociais em que as semelhanças ou diferenças sejam de um único ponto. Este foi o fundamento de uma de suas obras mais conhecidas, “O Suicídio”, de 1897.

Entre as vantagens do método das variações concomitantes estaria não necessitar de um número extenso de casos para ser utilizado. Irá por fim afirmar que a sociologia comparativa se identifica com a própria sociologia, não sendo apenas uma parte desta.

Esta afirmação foi contestada no futuro por autores que veem no método comparativo uma alternativa em relação a outros métodos que podem ser empregados nas ciências sociais.

Outra forma de comparação é realizada por Weber (1974, 1994), em seu estudo sobre as religiões, quando afirma:

Os trabalhos subsequentes, sobre a Ética Econômica das Religiões Mundiais, tentam, através de uma observação geral das relações entre as mais importantes religiões culturais com a economia e a estrutura social de seu contexto, destacar as duas relações causais, até onde for necessário para achar pontos de comparação com o subsequente desenvolvimento ocidental... Estes estudos, portanto, não pretendem ser análises completas das culturas, mesmo que breves. Pelo contrário, eles procuram destacar, propositadamente em cada cultura aqueles aspectos nos quais diferia e difere da civilização ocidental. (Weber, 1994, p. 12)

O tipo de comparação feita por Weber é incluído por alguns no campo histórico, ou na nomenclatura de Ragin e Zaret (1983), “case-oriented”. O uso de tipos ideais, como conceitos gerais, segundo Gerth e Mills (1974) são os instrumentos de Weber para realizar a comparação. Estes autores utilizavam a comparação como um método geral aplicável à ciência ou as ciências sociais. Nos anos 1960 a comparação passa a ser incluída, por vários autores, como um dos métodos aplicáveis à ciência política.

### **MÉTODO COMPARATIVO NA CIÊNCIA POLÍTICA**

Na medida em que os estudos de governos comparados foram substituídos por outras metodologias, a comparação passou a ser abordada, por diversos autores como um método, ao lado de outros, diferindo neste ponto de clássicos como John Stuart Mill e Durkheim.

A contribuição de autores, como Almond, Apter, Riggs e outros, é contestada, no entanto por Holt e Turner (1972). Pare estes autores o que foi enfatizado foi pesquisa empírica de teorias. Segundo os autores “Eles são comparativistas apenas no sentido que aplicam suas teorias a mais de um sistema político” (Holt e Turner, 1982, p. 5).

A preocupação destes autores é a falta de uso mais acurado do método comparativo. Para Holt e Turner:

*In anthropology and in at least a part of sociological tradition, the comparative refers not to a substantive field, but to a method of research and analysis. But in political science few studies in comparative politics have employed the comparative method, as envisaged and used, for example, by Durkheim, Nadel, and Murdock.* (Holt e Turner, 1972, p. 5)<sup>2</sup>

---

2 Tradução livre: Na antropologia e ao menos em parte da tradição sociológica, o comparado não se refere ao campo substantivo, mas ao método de pesquisa e análise. Mas na Ciência Política poucos estudos de política comparada têm empregado o método comparativo, como proposto e usado, por exemplo, por Durkheim, Nadel e Murdock (Holt e Turner, 1972, p. 5).

Crítica semelhante faz Satori (1994), ao identificar um caráter ainda parouquialista, em especial dos comparativistas norte-americanos, que são assim considerados somente porque estudam outros países que não os Estados Unidos.

Ao longo do tempo a política comparada manteve esta dualidade, sendo identificada pelo uso do método comparativo, inclusive de unidades sub-estatais, mas seguindo identificada nos EUA como estudo de outros sistemas políticos,

A definição do que é o método comparativo e como poder ser utilizado nas ciências sociais passou por um processo de refinamento na década entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1970.

Em sua análise, Smelser (1968) identificou três métodos: o experimental, o estatístico e o comparativo. Sua diferença se dá no tratamento dado entre parâmetros e variáveis operativas. Para que seja possível determinar a diferença entre variáveis independentes, dependentes e intervenientes. Para tanto:

*One of the most fundamental ways of organizing conditions is found in the distinction between conditions treated as parameters and conditions treated as operative variables. Parameters are conditions that are known or suspected to influence the dependent variable, but which, in the investigation at hand, are made or assumed not to vary. Operative variables are conditions that are known or suspected to influence the dependent variable and which, in the investigation, are made or allowed to vary in order to assess this influence. (Smelser, 1968, p. 151, ênfase nosso)<sup>3</sup>*

O uso do método experimental consiste em manipular diretamente a situação para criar parâmetros e variáveis operativas. O método estatístico busca o mesmo objetivo do método experimental, de transformar condições operativas em parâmetros. Sua diferença em relação ao método experimental que obteria através de manipulação conceitual, pelo uso da matemática.

O método comparativo, neste caso tem o mesmo objetivo, mas é adequado quando os dados não podem ser controlados experimentalmente e o número de casos é pequeno. Exemplifica com o uso de

---

3 Tradução livre: Uma das formas fundamentais de organizar condições é encontrada na distinção entre condições tratadas como **parâmetros** e condições tratadas como **variáveis** operacionais. Parâmetro são condições que se sabe ou se suspeita que influenciam a variável dependente, mas que na pesquisa em questão são tornadas ou supostas como invariáveis. Variáveis operacionais são condições que se sabe ou suspeita que influenciam a variável dependente e que na pesquisa se permite variar para avaliar esta influência (Smelser, 1968, p. 151).

Durkheim em sua pesquisa sobre o suicídio e a de Weber sobre a Sociologia das Religiões.

*It takes cognizance of the variability in sociocultural context but attempts to control it by the method of systematic illustration, and by continuous transformation of parameters into operative variables and vice versa.* (Smelser, 1968, p. 153)<sup>4</sup>

Identificam-se duas formas do método comparativo — a comparação de casos similares e o método de replicação em diferentes níveis para o estabelecimento de descobertas comparativas.

Em estudo posterior, Lilphart (1971) retoma a proposição de Smelser da identificação dos três métodos. Acrescentará referências ao método de estudo de caso. O objetivo dado é a explicação científica e segundo o autor:

*All three methods (as well as certain forms of the case study method) aim at scientific explanation, which consists of two basic elements: (1) the establishment of general empirical relationships among two or more variables while (2) all other variables are controlled, that is, held constant.* (Lijphart, 1971, p. 683)<sup>5</sup>

A lógica dos métodos é a mesma do método experimental. A única diferenciação entre o método estatístico e o comparativo seria o número de casos, não havendo uma clara linha de divisão entre eles. O método comparativo é o substituto possível e imperfeito para o método experimental nas ciências sociais. A impossibilidade de uso extenso de casos afastaria na maior parte das vezes o uso do método estatístico.

Outra apresentação do método comparativo é dada por Przeworski e Teune (1970). Os autores diferenciam duas estratégias comparativas. A primeira, baseada no princípio das variações concomitantes é denominada de desenho dos sistemas mais similares (*most similar systems*).

---

4 Tradução livre: É necessário reconhecimento da variabilidade no contexto sociocultural, mas tentar controlá-lo pelo método da exemplificação sistemática e pela contínua transformação de parâmetros em variáveis operacionais e vice-versa. (Smelser, 1968, p. 153).

5 Tradução livre: Os três métodos (assim como uma certa forma do método de estudo de caso) buscam a explicação científica, que consiste em dois elementos básicos: (1) o estabelecimento do relacionamento empírico geral entre duas ou mais variáveis enquanto (2) todas as demais variáveis são controladas, ou seja, mantidas constantes (Lijphart, 1971, p. 683).

*Intersystemic similarities and intersystemic differences are the focus of the "most similar systems" design. Systems constitute the original level of analysis, and within-system variations are explained in terms of systemic factors. Although this designs rarely have been formulated rigorously, their logic is fairly clear. Common systemic characteristics are conceived as "controlled for", whereas intersystemic differences are viewed as explanatory variables.* (Przeworski e Teune, 1970, p. 33)<sup>6</sup>

Como apontam os autores, neste caso parte-se do nível de sistemas por inteiro, utilizando-se sistemas que sejam os mais idênticos possíveis em todas as características. As características comuns são consideradas variáveis controladas enquanto as diferenças são as variáveis explicativas.

Trata-se de uma forma de estudo de variação concomitante, o que se enquadraria nos conceitos de Mill de método da diferença e método da variação concomitante. Uma vez escolhido o nível de análise, este não pode ser mudado.

A segunda metodologia de pesquisa identificada pelos autores é a dos sistemas mais diferentes "most different systems". Neste caso a unidade de análise serão amostras de sistemas diferentes. Pressupõe-se que os fatores sistêmicos não explicam a variação e que as populações são homogêneas. O objetivo é eliminar fatores sistêmicos que são irrelevantes para explicar a variação.

*The alternative strategy takes as the starting point the variation of the observed behavior at a level lower than that of systems. Most often this will be the level of individual actors, but can be the level of groups, local communities, social classes or occupations.... The initial assumption is that individuals were drawn from the same population; in other words, that systemic factors do not play any role in explaining the observed behavior.* (Przeworski e Teune, 1970, pp. 34-35)<sup>7</sup>

---

6 Similaridades e diferenças intersistêmicas são o foco do desenho de sistemas mais semelhantes. Sistemas constituem o nível original de análise e as variações internas do sistema são explicadas em termos de fatores do sistema. Ainda que este desenho raramente seja formulado rigorosamente, sua lógica é bastante clara. Características sistêmicas comuns são tratadas como "sob controle" enquanto diferenças intersistêmicas são vistas como variáveis explicativas (Przeworski e Teune, 1970, p. 33).

7 A estratégia alternativa toma como ponto de partida a variação do comportamento observado em nível abaixo do sistema. O mais frequente é que este seja o nível dos atores individuais, mas pode ser o nível de grupos, comunidades locais, classes sociais, ou ocupações... A presunção inicial é que os indivíduos são oriundos da mesma população, em outras palavras, os fatores sistêmicos não tem um papel na explicação do comportamento observado (Przeworski e Teune, 1970, pp. 34-35).

Neste caso é possível utilizar mais de um nível de análise. Partindo do nível individual, podem ser feitas análises em níveis de subsistemas ou sistemas<sup>8</sup>. Enquanto as análises forem válidas sem considerar fatores sistêmicos, são válidas. Caso algum fator sistêmico intervenha, este nível de análise deve ser considerado. Esta estratégia identifica-se com o método da concordância de Mill.

Por outro lado, Ragin e Zaret (1983) identificam dois tipos diferenciados de comparação: o primeiro, o estatístico, que seria baseado em variáveis e buscaria comparar hipóteses de alcance geral. Identifica-se com o modelo de “O Suicídio”, de Durkheim, também citado por Smelser (1968) e Lijphart (1971).

O segundo, o histórico, baseados em casos. Neste caso se buscaria a comparação pela lógica da semelhança e da diferença e se identificaria com a tradição weberiana. Entretanto, Bartoloni (1994) manifesta sua contrariedade com as conclusões de Ragin e Zaret acerca da contraposição e uso dos tipos de comparação.

Com uma postura crítica em relação aos comparativistas tradicionais, como já apontado, Holt e Turner (1972) encontram no método comparativo uma forma de testar hipóteses, na busca de teorias mais gerais e válidas. Para a utilização correta do método, segundo os autores: “*Basically, three ways of doing this are open to the researcher. The background variables can be controlled by randomization, by specification, or by some combination of these two*” (Holt e Turner, 1972, p. 8).

A randomização é identificada com o uso da estatística e o método da especificação adota como modelo a metodologia weberiana do estudo da ética protestante.

Em texto mais recente Sartori (1994) identifica o método comparativo como uma especialização do método científico em geral, identificando quatro técnicas de verificação utilizáveis nas ciências humanas: o método experimental, estatístico, comparado e histórico.

Para o autor comparar implica fundamentalmente em encontrar semelhanças e diferenças, o que pode ser feito pelo uso da classificação, na qual as categorias devem ser mutuamente excludentes. As estratégias comparativas são escolher os sistemas mais semelhantes ou os sistemas mais diferentes.

A divisão de tipos de comparação, feita por Charles Tilly, citada por Smith (1995), identifica diferenças na finalidade mais que de método. Para Tilly podem ser identificados quatro tipos de comparação: individualizantes, universalizantes, “variation-finding” e englobantes.

---

8 Sartori discorda na necessidade de considerar diferentes níveis para o uso desta estratégia de comparação.

Para sua aplicação pode ser, no entanto, utilizado, de forma combinada, tanto a estratégia da maximização das semelhanças como a das diferenças.

Os diversos autores que discutem o uso do método comparativo frequentemente usam linguagens diferentes para expor o mesmo conteúdo. As discordâncias, por outro lado, vão desde diferenças básicas epistemológicas, como de conceituação de ciência e dos objetivos da pesquisa científica, levando a divergências sobre os objetivos do uso do método comparativo.

Por exemplo, para Przeworski e Teune (1970), deve ser a busca de explicações. Sartori (1994) defende o ponto de vista do uso como método de controle, o que também é referido por Morlino (1994).

A relação entre método comparativo e método estatístico tampouco é pacífica. Para Lijphart (1971) o método comparativo seria uma saída para a impossibilidade de utilização do método estatístico. Peter Smith (1995) coloca em dúvida a preferência do uso da estatística, lembrando que em algumas situações a opção qualitativa podem ser mais interessantes.

Sumarizando as proposições dos autores, podem ser identificados dois modelos principais de estratégia de aplicação do método comparativo que podem ser identificadas na obra de diferentes autores. Estas estratégias não são necessariamente excludentes e podem ser utilizadas de forma complementar

**Quadro 1. Estratégias de comparação**

<b>Autor</b>	<b>Estratégia I</b>	<b>Estratégia II</b>
Mill	Diferença	Concordância
	Durkheim	Weber
Ragin e Zaret	Estatístico	Histórico
	Orientado por variáveis	Orientado por casos
Przeworski e Teune	Sistemas mais diferentes	Sistemas mais semelhantes
	Quantitativo	Qualitativo
Holt e Turner	Randomização	Especificação

Fonte: Elaboração própria.

A base da comparação ainda é a desenvolvida por John Stuart Mill. Neste sentido, as diversas classificações do método comparativo, em geral são baseadas no método das semelhanças, com ênfase na opção pela sua variante, o método das variações concomitantes, por um lado, e o das diferenças, por outro.

## PROBLEMAS DO USO DO MÉTODO COMPARATIVO

Em sua análise do método comparativo LIJPHART (1971) aponta alguns problemas do método comparativo, que o tornariam limitado, em relação ao método experimental ou ao método estatístico.

Seu principal problema seria a relação entre muitas variáveis e “N” pequeno, isto é, poucos países a serem considerados, diante de muitas variáveis, tornando impossível o uso de estatística, por exemplo.

As saídas propostas pelo autor são:

1. Aumentar o número de casos tanto quanto possível. Neste caso uma das possibilidades é o uso de conceitos de base funcional, como os desenvolvidos por Almond e Powell (1972). Esta ampliação conceitual, no entanto, sofreu críticas de autores como Badie e Hermet (1993) e Sartori (1970; 1994).
2. Reduzir o “espaço de propriedades” da análise: usando técnicas avançadas, como a análise fatorial, diminuir, por exemplo, o número de classe em que é dividida uma variável.
3. Enfocar o a análise comparativa em casos comparáveis: Seria adotar os pressupostos do método da variação concomitante de Mill, ou o que Przeworski e Teune chamam de Most Similar System, ou adotar a perspectiva de comparação por área, como América Latina, por exemplo, que maximizaria a semelhança entre sistemas.
4. Enfocar a análise em variáveis chave: O uso de parcimônia na escolha das variáveis consideradas relevantes, compreendendo ser impossível utilizar todas as variáveis envolvidas, devendo ser escolhidas as teoricamente mais importantes.

Um enfoque diferenciado do método comparativo foi desenvolvido por Sartori (1970), que observa um uso inadequado da quantificação, pela transformação de conceitos em variáveis. Isto se dá pelo uso de conceitos que podem originar classificações, em variáveis, analisadas como um continuum que permite gradação e medição. Segundo ele é preciso primeiro definir adequadamente os conceitos, desenvolver categorias para então pensar na possibilidade de criar gradações.

O mau uso do método comparado é identificado por Sartori (1970 e 1994) pelo paroquialismo, pelo mau uso da classificação, do gradualismo e do estiramento conceitual. Este último erro foi celebrizado pela parábola do gato-cachorro, em que um pesquisador cria teoricamente um animal híbrido que não existe no mundo real e se surpreende em não o encontrar quando passa à pesquisa empírica.

## O NÍVEL DE ANÁLISE

A tradição da política comparada era da análise configurativa de diferentes países, considerados em sua estrutura institucional. As estratégias desenvolvidas a partir dos anos 50, com base em métodos quantitativos, com a expansão do *survey* como instrumento de coleta de dados e conceitos funcionalistas, mudaram este panorama, mantendo, no entanto, o nível de sistemas políticos como um todo como unidade privilegiada de análise.

No entanto, já neste período, a discussão da política comparada como método, e não como conteúdo, dava mostras de ampliar estas fronteiras.

Smelser, ao discutir o método comparativo aplicado ao campo da economia, aponta que em determinados momentos a escolha do nível intra-sistêmico pode ser mais adequado que o intersistêmico, citando o exemplo da comparação entre Alemanha e Itália, ou entre regiões alemãs e regiões italianas entre si. É exatamente o exemplo de Smelser que Lijphart utiliza, ao discutir as dificuldades encontradas pelo método comparativo. Cita ainda Juan Linz e Miguel:

*The comparison of these sectors of two societies that have a greater number of characteristics in common while differing on some crucial ones may be more fruitful than overall national comparisons.* (Linz e Miguel, 1966, *apud* Lijphart, 1971, p. 268)<sup>9</sup>

A discussão sobre níveis sistêmicos diferenciados também é apresentada por Przeworski e Teune (1970). Em relação ao método da variação concomitante, identificam que predominantemente é utilizado ao nível de sistemas. Mas admitem que a conceituação de sistema pode variar:

*Enumeration in terms of national social or political systems or cultures is only one of the many possible ways of conceptualizing systems as units of analysis in any theory. One could design research at the level of American states, Finish regions, Peruvian villages, Northern Californian tribes, and so forth.* (Przeworski e Teune, 1970, p. 36)<sup>10</sup>

---

9 Tradução livre: A comparação destes setores de duas sociedades que tem um grande número de características em comum enquanto diferem em pontos cruciais podem ser mais frutíferas que comparações nacionais. (Linz e Miguel, 1966, *apud* Lijphart, 1971, p. 268).

10 Tradução livre: Classificação em termos de sistemas políticos e sociais nacionais ou culturas é apenas um dos muitos modos possíveis de conceitualizar sistemas como unidades de análise em qualquer teoria. É possível desenhar a pesquisa ao nível de estados americanos, regiões finlandesas, vilas peruanas, tribos do norte da Califórnia e assim por diante (Przeworski e Teune, 1970, p. 36).

A utilização do método da maximização das diferenças também permite o uso de diferentes níveis de análise. Embora baseado normalmente em amostras de indivíduos, a análise pode se dar no nível individual ou em diferentes níveis sistêmicos, como é citado o caso de estudo de lideranças locais, de uma amostra de comunidades, que poderia ser analisada nos níveis individuais ou de comunidade.

A visão da comparação como uso do método comparativo, podendo ter como objeto uma pluralidade de estados ou partes de um único estado também é compartilhada por Holt e Turner, ao afirmar:

*In principle, there is no difference between comparative cross-cultural research and research conducted within a single society. The differences lie, rather, in the magnitude of certain types of problems that have to be faced.* (Holt e Turner, 1972, p. 6)<sup>11</sup>

Discutindo a necessidade de adaptação à conjuntura atual das estratégias de comparação, Menéndez-Carrión e Bustamante defendem a revisão da estratégia baseada em áreas definidas geograficamente. Para os autores:

*Thus it will be increasingly important to carry out local and community-level studies, as well as urban and micro-regional studies, since the latter are specially affected by global changes in an increasingly differentiated and heterogeneous manner. Many international links no longer involve the nation-state as chief protagonist; rather, they tie directly in to local networks without regard for state frontiers.* (Menéndez-Carrión e Bustamante, 1995, p. 65)<sup>12</sup>

Embora defendendo níveis diferenciados de análise, fugindo da mera comparação entre sistemas como um todo, não fica claro no texto a consideração da possibilidade do uso do método comparativo dentro de um único país. Os exemplos citados de comparações de níveis subnacional, como o de comunidades, contemplam o caráter internacional, mantendo a visão tradicional da política comparada.

---

11 Tradução livre: Em princípio não há diferença entre pesquisa comparativa transcultural e pesquisa conduzida dentro de uma mesma sociedade. As diferenças estão, na verdade, na magnitude de certos problemas que terão de ser enfrentados (Holt e Turner, 1972, p. 6).

12 Tradução livre: Assim é de importância crescente realizar estudos no nível local e comunitário, bem como estudos urbanos e micro-regionais, uma vez que estes últimos são especialmente afetados por mudanças globais de manietas crescentemente heterogêneas e diferenciadas. Muitos laços internacionais não envolvem mais o estado nação como protagonista principal, ao contrário, elas estão ligadas diretamente a redes locais sem levar em conta fronteiras nacionais. (Menéndez-Carrión e Bustamante, 1995, p. 65).

A defesa de comparações tendo por objeto partes do sistema político, ao contrário de tomá-lo como todo já fora igualmente desenvolvida por La Palombara (1972), que via nesta estratégia melhores condições de operacionalização das pesquisas, e realizadas pelo próprio autor em La Palombara (1982).

Uma das dificuldades para o uso do método é encontrada nos estudos relativos às transições democráticas da Europa e da América Latina, que tiveram grande destaque nas décadas de 80 e 90 do século XX, que em geral eram constituídos de análises individualizadas de diversos países, desenvolvidas por diferentes autores, agregadas à construção da construção de um quadro comparativo por parte de autores comparatistas.

Mantendo os diferentes países como unidades básicas de análise, provavelmente é nos estudos de cultura política que o uso da comparação tenha se difundido mais nas últimas décadas.

A partir do estudo e do quadro teórico proposto por Almond e Verba (1989 [1963]), o uso de surveys se difundiu na coleta de dados, com o uso de amostras de indivíduos para representar países como agregado. Hoje há inúmeras experiências de *surveys* realizados concomitantemente em múltiplos países, com instrumentos homólogos, com o objetivo de comparação, como o Eurobarômetro, o Latinobarômetro e a Pesquisa Mundial de Valores<sup>13</sup>.

Estes levantamentos são realizados periodicamente, constituindo bancos de dados que permitem análises comparativas entre populações de diferentes países ou em um único país, em perspectiva diacrônica, verificando mudanças de comportamento ao longo do tempo.

A experiência mais ousada é, provavelmente, a do World Values Survey, criado por Ronald Inglehart. Esta pesquisa é realizada periodicamente desde 1981, contendo dados com séries históricas de dezenas de países.

## **EVOLUÇÃO DO MÉTODO COMPARATIVO**

A maior inovação na aplicação do método comparativo se deve à contribuição de Charles Ragin, com a proposição da Análise Comparativa Qualitativa (QCA — *Comparative Qualitative Analysis*) (Ragin, 1987).

Embora a denominação de qualitativa, que inicialmente remete à aplicação da estratégia da comparação baseada em casos, ou de N pequeno, a abordagem de Ragin propõe formas de ampliar o número de casos, passando de um número pequeno (digamos, de 3 a 5 casos) para número médio (20 a 50 casos, por exemplo), sem necessaria-

---

13 World Values Survey, [www.worldvaluessurvey.org](http://www.worldvaluessurvey.org)

mente passar de uma análise qualitativa para métodos quantitativos, como o uso de estatística.

A primeira versão da aplicação do QCA proposta por Ragin (1987) utiliza a criação de quadros baseados em classificação nominal de variáveis e análise utilizando lógica booleana para identificar variáveis que podem ser consideradas necessárias ou suficientes para a ocorrência do fenômeno a ser explicado, permitindo a discussão de relações de causalidade sem o recurso a modelos quantitativos.

Como demonstra Pérez-Liñán (2010), esta abordagem traz novas perspectivas para a análise comparativa, mas ao mesmo tempo exige conhecimentos em áreas pouco apropriadas pela ciência política contemporânea, como a lógica formal.

Uma segunda versão mais complexa da abordagem (Ragin, 2000, 2009) propõe o uso de lógica difusa (*fuzzy logic*), o que superaria as limitações das classificações puramente nominais, permitindo a gradação de categorias, com uma análise que é quase quantitativa. Devido à ampliação dos quadros e da variabilidade das classificações das categorias, passa a ser necessário o uso de algoritmos na análise de dados, o que à época da proposição da abordagem era algo pouco comum nas ciências sociais.

## CONCLUSÃO

Embora o uso de método comparativo na ciência política e política comparada possam ser considerados sinônimos, nem sempre os termos são usados assim. A política comparada certamente mudou muito desde a justaposição de estudos configurativos institucionais. Através da contribuição dos diversos autores analisados neste texto vemos que a visão da política comparada tendo como objeto o que se encontra “abroad” foi substituída pela concepção de método comparativo. Neste sentido a política comparada deixa de ser identificada pelo seu objeto, mas sim pelo seu método.

No entanto, como outros ramos da ciência política, está é uma área claramente não paradigmática. Se há alguma concordância é nas classificações dos métodos de pesquisa científica e certa proximidade acerca da divisão das estratégias de comparação.

Por outro lado, abundam as divergências. Algumas destas podem ser encontradas quanto à concepção de ciência e aos objetivos da comparação ou ainda a utilidade do estudo de caso na política comparada. Estratégias quantitativas ainda são frequentemente contrapostas às qualitativas. Os funcionalistas e os sistêmicos também recebem duras críticas.

A política comparada parece, entretanto, libertada das amarras da conjuntura da guerra fria bem como se afastando do parquialis-

mo anglo-saxão, em especial o norte-americano, com o desenvolvimento de obras de comparativistas nos países vistos por aqueles como objeto de pesquisa.

Por outro lado, é importante considerar a conexão entre método e quadro teórico. Embora a precisão metodológica seja imprescindível para a construção de um bom trabalho, os limites de sua capacidade explicativa sempre estarão dados pela teoria utilizada na análise dos dados. Boas teorias sem dados e sem um método adequado se fragilizam, porém, a abundância de dados, variáveis e resultados de pacotes estatísticos é inútil sem um corpo teórico que lhe dê sentido. Esta integração continua sendo um dos desafios da construção de conhecimento.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Almond, Gabriel e Coleman, James (1960). *The politics of the developing areas*. Princeton: Princeton University Press.
- Almond, Gabriel e Powell, Bingham (1966). *Comparative politics: A Developmental Approach*. Boston: Little, Brown and Company.
- Almond, Gabriel e Powell, Bingham (1972). *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Almond, Gabriel e Verba, Sidney (1989). *The civic culture. Political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park: Sage.
- Badie, Bertrand e Hermet, Guy (1993). *Política comparada*. Ciudad de México: Fondo de Cultura.
- Bartolini, Stefano (1994). Tiempo e investigación comparativa. Em: Sartori, Giovanni e Morlino, Leonardo (Comps.), *La comparación en las ciencias sociales* (pp. 105-150). Madrid: Alianza Editorial.
- Bill, James e Hardgrave Jr., Robert (1973). *Comparative politics — The quest for theory*. Columbus: Charles Merrill Rd.
- Collier, David (1994) El método comparativo: Dos décadas de cambios. Em: Sartori, Giovanni e Morlino, Leonardo (Comps.), *La comparación en las ciencias sociales* (pp. 51-80). Madrid: Alianza Editorial.
- Durkheim, Émile (1987). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Cia Ed. Nacional.
- Gerth, Hans e Mills, Wright (1974). Weber — O homem e a obra. Em: Weber, Max. *Ensaio de sociologia* (pp. 15-96). Rio de Janeiro: Zahar.
- Gonzalez, Rodrigo Stumpf (2008). O método comparativo e a ciência política. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 2(1), 1-13, Brasília.

- Holt, Robert e Turner, John (1972). *The methodology of comparative research*. Nova York: Free Press.
- La Palombara, Joseph (1972). Parsimony and empiricism in comparative politics: an anti-scholastic view. Em: Holt, Robert. T. e Turner, John E. (Comp.), *The methodology of comparative research* (pp. 123-149). Nova York: Free Press.
- La Palombara, Joseph (1982). *A política no interior das nações*. Brasília: Ed. UnB.
- Lijphart, Arend (1971). Comparative politics ant the comparative method. *American Political Science Review*, 65, 6682-6693, Cambridge.
- Macridis, Roy e Brown, Bernard Edward (1961). *Comparative politics: notes and readings*. Homewood: The Dorsey Press.
- Menéndez-Carrión, Amparo e Bustamante, Fernando (1995). Purposes and methods of intraregional comparison. Em: Smith, Peter H. (Eds.), *Latin America in comparative perspective — New approaches to methods and analysis* (pp. 59-80). Boulder: Westview Press Inc.
- Mill, John Stuart (1984). *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores.
- Morlino, Leonardo (1994). Problemas y opciones en la comparación. Em: Sartori, Giovanni e Morlino, Leonardo (Comp.), *La comparación en las ciencias sociales* (pp. 13-29). Madrid: Alianza Editorial.
- Panbianco, Angelo (1994). Comparación y explicación. Em: Sartori, Giovanni e Morlino, Leonardo (Comp.), *La comparación en las ciencias sociales* (pp. 81-104). Madrid: Alianza Editorial.
- Pérez-Liñán, Aníbal (2010). El método comparativo y el análisis de configuraciones causales. *Revista latinoamericana de política comparada*, 3(3), 125-148, Quito.
- Przeworski, Adam e Teune, Henry (1970). *Logic of comparative social inquiry*. Minnesota: John Wiley & Sons, Inc.
- Ragin, Charles (1987). *The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Los Angeles: University of California Press.
- Ragin, Charles (2000). *Fuzzy-set social science*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ragin, Charles (2009). *Redesigning social inquiry: Fuzzy sets and beyond*. Chicago: University of Chicago Press.

- Ragin, Charles e Zaret, David (1983). Theory and method in comparative research: Two strategies. *Social Forces*, LXI, 731-754, Chapel Hill.
- Sartori, Giovanni (1970). Concept misformation in comparative politics. *American Political Science Review*, LXIV, 4 de dezembro, 1033-1053, Cambridge.
- Sartori, Giovanni (1994). Comparación y método comparativo. Em: Sartori, Giovanni e Morlino, Leonardo (Comps.), *La comparación en las ciencias sociales* (pp. 29-50). Madrid: Alianza Editorial.
- Smelser, Neil (1968). Comparative analysis of economic activity. Em: UNESCO (Comp.), *The social sciences — Problems and orientations* (pp. 145-159). Paris: Mouton/UNESCO.
- Smith, Peter (1995). The changing agenda for social science research on Latin America. Em: Smith, Peter H. (Ed.), *Latin America in comparative perspective — New approaches to methods and analysis* (pp. 1-30). Boulder: Westview Press Inc.
- Weber, Max (1974). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Weber, Max (1994). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.